



## **Hierarquia monetária internacional e o poder geopolítico do dólar**

Rodrigo Souza<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo utiliza uma metodologia de análise teórico-estrutural sobre a hierarquia monetária internacional e o poder geopolítico do dólar. A hierarquia monetária internacional será analisada a partir de uma racionalidade geopolítica, em contraste com abordagens centradas em cálculos de mercado. Apresenta-se a hipótese de que o sistema financeiro-monetário internacional (SFMI) hegemônico pelo dólar é um território monetário internacional cujas leis são organizadas pelo Federal Reserve (Fed), pela Casa Branca e pelo Pentágono. Nesse contexto, o poder do dólar manifesta-se como parte do complexo poder estrutural dos EUA, que opera de forma autônoma sobre os demais países inseridos nesse território monetário. Esta inserção revela-se coercitiva, sobretudo para os países periféricos, em função das restrições externas, que os impedem de usar as próprias moedas no SFMI. No caso da América Latina, inserida de forma dependente no SFMI, argumenta-se que um dos grandes custos geopolíticos da hierarquia monetária internacional é a dívida pública.

**Palavras chave:** Hierarquia monetária internacional, sistema financeiro-monetário internacional, geopolítica do dólar, território monetário.

## **Jerarquía monetaria internacional y el poder geopolítico del dólar**

### **Resumen**

Este artículo utiliza una metodología de análisis teórico-estructural sobre la jerarquía monetaria internacional y el poder geopolítico del dólar. La jerarquía monetaria internacional será analizada a partir de una racionalidad geopolítica, en contraste con los enfoques centrados en cálculos de mercado. Se plantea la hipótesis de que el sistema financiero-monetario internacional (SFMI), dominado por el dólar, es un territorio monetario internacional cuyas leyes están organizadas por el Federal Reserve (Fed), la Casa Blanca y el Pentágono. En este contexto, el poder del dólar se manifiesta como parte del complejo poder estructural de Estados Unidos, que opera de forma autónoma sobre los demás países insertos en este territorio monetario. Esta inserción resulta coercitiva, especialmente para los países periféricos, debido a las restricciones externas que les impiden utilizar sus propias monedas dentro del SFMI. En el caso de América Latina, que se integra de forma dependiente en el SFMI, se argumenta que uno de los principales costos geopolíticos de la jerarquía monetaria internacional es la deuda pública.

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Mestrando em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (PPG-ICAL/Unila). Membro da Rede Internacional de Cátedras, Instituições e Personalidades sobre o Estudo da Dívida Pública (RICDP). E-mail: rodrigousouzarj3@gmail.com

**Palabras clave:** Jerarquía monetaria internacional, sistema financiero-monetario internacional, geopolítica del dólar, territorio monetario.

## **International monetary hierarchy and the geopolitical power of dollar**

### **Abstract**

This article adopts a theoretical-structural approach to analyze the international monetary hierarchy and the geopolitical power of the dollar. The international monetary hierarchy is examined through a geopolitical lens, in contrast to approaches centered on market-based calculations. The article advances the hypothesis that the international financial and monetary system (IFMS), dominated by the dollar, constitutes an international monetary territory whose rules are organized by the Federal Reserve (Fed), the White House, and the Pentagon. In this context, the power of the dollar manifests itself as part of the complex structural power of the United States, operating autonomously upon other countries integrated into this monetary territory. Such insertion is coercive, particularly for peripheral countries, due to external constraints that prevent them from using their own currencies within the IFMS. In the case of Latin America, which is integrated into the system in a dependent manner, it is argued that one of the main geopolitical costs of the international monetary hierarchy is public debt.

**Key words:** International monetary hierarchy, international financial and monetary system, geopolitics of the dollar, monetary territory.

### **1. Introdução**

O sistema financeiro-monetário internacional (SFMI) tem a moeda como elemento central. A moeda possui três funções básicas: (i) unidade de conta, (ii) reserva de valor e (iii) meio de pagamento. O dólar funciona como âncora da riqueza global, e os títulos de dívida pública dos Estados Unidos funcionam como o porto seguro do SFMI. As moedas que circulam na ordem monetária internacional se organizam em uma hierarquia, que define os usos e status diferenciados dessas moedas. De um ponto de vista geopolítico crítico, essa hierarquia classifica o próprio poder monetário das nações. A racionalidade que organiza as moedas hierarquicamente funciona a partir de uma lógica geopolítica, e não meramente de mercado. Dessa forma, ao falarmos em hierarquia monetária internacional, estaremos falando antes de tudo sobre relações de poder entre nações e disputas em um território monetário internacional. E uma vez que os EUA são a potência hegemônica no sistema interestatal capitalista, sua moeda ocupa o topo da hierarquia monetária internacional, motivo pelo qual o dólar é conhecido como “moeda-chave”.

A hierarquia monetária internacional e o poder geopolítico do dólar funcionam dentro de um poder estrutural (Strange, 1994), que se auto-organiza a partir dos interesses dos EUA, e que se impõe como condicionante estruturante das relações entre as demais nações. Além disso,

essa hierarquia possui um caráter geopolítico por excelência, uma vez que o espaço geográfico financeiro-monetário onde essa hierarquia se organiza tem implicações diretas sobre o espaço geográfico “convencional” das nações — recursos naturais estratégicos, uso da terra, infraestruturas de produção. Por isso analisaremos a hierarquia monetária internacional a partir de um fundamento geopolítico crítico, e não meramente econométrico ou puramente monetária. Partimos do pressuposto de que a moeda não é uma variável neutra nas relações de poder no SFMI, não se trata de um simples meio de pagamento facilitador da troca de bens e serviços. A moeda será tratada neste texto como parte da sabedoria estratégica do príncipe em razão da guerra (Metri, 2020). Ela é um elemento central no jogo de poder geopolítico do capitalismo global.

A centralidade do dólar no sistema financeiro-monetário internacional foi construída a partir do final da Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Bretton Woods de 1944, com o estabelecimento do sistema padrão dólar-ouro. Desde 1971 o ouro deixou de ser o elemento lastreador do dólar, e passou a ser a confiança nos títulos de dívida pública dos Estados Unidos. Isso ajuda a entender a capacidade de gasto ilimitado do governo estadunidense, através da emissão de dólares e transferência de valor para o sistema financeiro desse país. Os países ficam com os títulos de dívida comprados dos EUA, que por sua vez ficam com os recursos reais. Os países são levados a acumular os *US Treasuries* como estratégia de desenvolvimento econômico, uma vez que isso vai lhes permitir ter acesso ao mercado internacional. As reservas internacionais os ajudam a superar a restrição externa, ou seja, o fato de que precisam de dólares para se inserirem na economia global, especialmente no caso dos países periféricos, cujas moedas não possuem liquidez internacional, uma vez que não cumprem nenhuma das três funções clássicas da moeda. Por isso as reservas internacionais lhes permitem ter mais segurança contra ataques especulativos.

Este texto sustenta que a hierarquia monetária internacional hegemonizada pelo dólar é reflexo do poder geopolítico dos EUA, e que a moeda estadunidense é uma instituição com poder de agência e organização sobre o território monetário internacional o qual os demais países terão de se adaptar. Além disso, sustentamos a ideia de que o custo geopolítico dessa hierarquia para a América Latina é a dívida pública. Para avançar na discussão, além desta introdução (parte 1), o artigo aborda a formação do atual sistema financeiro-monetário internacional (parte 2), seguindo com a análise teórico-estrutural da hierarquia monetária internacional (parte 3) e do poder transfronteiriço do dólar (parte 4), levando em consideração o SFMI como um território monetário internacional. Em seguida, o artigo trata do custo geopolítico da hierarquia monetária internacional para os países latino-americanos, que é, a

nosso ver, a dívida pública (parte 5). Por fim, a conclusão (parte 6).

## **2. Formação do atual sistema financeiro-monetário internacional**

Em 1944, a Conferência de Bretton Woods reuniu delegados de 44 nações para discutir o novo sistema monetário internacional. Esse sistema, construído dos escombros da Segunda Guerra Mundial, trouxe consigo inovações disruptivas no sistema interestatal capitalista. A principal delas é a definição de uma moeda-chave do sistema. O dólar foi escolhido para cumprir esse papel, devido ao fato de os EUA possuírem as maiores reservas de ouro do mundo — 2/3 do total — e devido sua posição de credor da potência emissora da moeda que era a principal rival do dólar, a libra esterlina da Grã-Bretanha. Na Conferência de Bretton Woods, o principal embate de ideias foi de fato sobre a definição da moeda-chave, e os grandes debates da conferência foram travados entre o economista dos EUA Harry Dexter White e o economista inglês John Maynard Keynes. O economista estadunidense chefiou a comissão responsável pela criação do Fundo Monetário Internacional, enquanto Keynes foi o responsável por chefiar a comissão que criou o Banco Mundial. Keynes sabia que a libra esterlina não teria condições de exercer o papel de moeda-chave, e tampouco tinha interesse que o dólar exercesse essa função, por isso propôs a criação de uma moeda supranacional, o Bancor, a fim de evitar grandes assimetrias no sistema monetário internacional. A proposta de Keynes foi sumariamente derrotada.

O episódio de Bretton Woods revelou que a discussão sobre o sistema monetário internacional não era apenas uma discussão monetária, técnica e neutra sobre o meio de pagamento. Esse episódio revelou o caráter geopolítico do sistema monetário internacional, e que a posição hegemônica de um Estado-nação pode significar a extensão de seu território monetário e de suas leis territoriais. Apesar do Banco Mundial ser fundado como um banco de reconstrução — no curto prazo para os países destruídos pela guerra —, os EUA individualmente exerceram a função de reconstrutores dos países devastados através do Plano Marshall, que destinou US\$ 13 bilhões entre 1948 a 1952. O Plano Marshall não apenas acelerou a reconstrução dos países, mas também a consolidação do sistema monetário centralizado no dólar, uma vez que a moeda estadunidense ocupou grande espaço na Europa, minando ainda mais o espaço da libra esterlina.

Com a definição do dólar como moeda-chave, outras decisões importantes foram tomadas na Conferência de Bretton Woods, como o funcionamento do sistema a partir de um regime de câmbio fixo — cada dólar equivalia a 35 onças de ouro. Esse sistema, conhecido como padrão dólar-ouro, funcionou sob a lógica do capitalismo fordista. Além do câmbio fixo,

havia uma menor mobilidade de capitais, uma forte regulamentação dos mercados monetário e cambial, o que permitia uma relativa autonomia da política macroeconômica. O regime de acumulação fordista funcionava sob nexos salário-trabalho, o que permitiu alguma convivência de interesses entre capital e trabalho no período que ficou conhecido como bem-estar social — esse período existiu sobretudo nos países centrais.

Porém, devido a déficits recorrentes na balança de pagamentos dos EUA e sangrias financeiras provocadas pela Guerra do Vietnã, em 1971 o presidente estadunidense Richard Nixon declarou unilateralmente o fim da conversibilidade do dólar em ouro. Esta decisão é reflexo do redirecionamento da política monetária dos Estados Unidos, que tinha como objetivo promover uma restauração liberal da ordem financeira-monetária internacional. Essa restauração tinha como pilares: (i) liberalização dos fluxos financeiros internacionais — remoção dos controles de capitais —, (ii) desregulação dos sistemas financeiros domésticos — padronização dos mercados —, e (iii) generalização das práticas de securitização dos mercados internacionais.

A partir de então, o lastro do dólar seria a confiança — era o início do sistema dólar-fiat. O fim do padrão dólar-ouro também deu fim ao sistema fordista. O sistema pós-fordista trouxe a predominância do nexos financeiro-monetário como lógica de acumulação do capital, promoveu grande liberalização financeira nacional e transnacional, perceptível na grande mobilidade de capitais, além de estabelecer um regime de câmbio flutuante — definido conforme os movimentos do mercado —, e uma forte globalização financeira.

A predominância do capital financeiro na lógica do sistema monetário internacional provocou uma grande instabilidade no sistema, vulnerável a efeito contágio pelo alto grau de interconectividade dos mercados, além de grande volatilidade das taxas de juros e de câmbio, especialmente para os países não emissores de moedas internacionais — como os da América Latina. Segundo Prates e Marques-Pereira (2020), no modelo pós-fordista, os Estados-nação passaram a ter menor capacidade de exercer soberania em comparação com o modelo fordista, o que significou um menor grau de autonomia da política macroeconômica. Tavares (1985) denominou “diplomacia do dólar forte” esse movimento de recentralização do dólar a partir do período pós-fordista.

Um dos movimentos de continuidade desse modelo de diplomacia monetária foi a indexação do preço do petróleo ao dólar. Em 1973 houve o primeiro choque do petróleo em decorrência do apoio do Ocidente a Israel na Guerra do Yom Kippur. Como consequência da alta do preço do barril do petróleo, os países produtores acumularam grandes reservas internacionais. No ano seguinte, os EUA propuseram a Arábia Saudita aceitar absorver os

efeitos desse choque, e em troca de fornecimento de segurança militar ao governo saudita, os países firmariam o acordo dos petrodólares, indexando o preço do petróleo ao dólar, o que seria um grande salto da moeda estadunidense rumo a consolidação inquestionável no topo da hierarquia monetária internacional. O acordo foi firmado nos moldes da proposta estadunidense. Outra contrapartida exigida pelo governo dos EUA nesse acordo foi que os petrodólares acumulados fossem depositados em bancos de Wall Street ou na City of London. O acordo dos petrodólares fortaleceu o dólar não apenas como variável monetária, mas também como variável energética — acessar o mercado do petróleo passou a depender do acesso ao dólar —, ilustrando o caráter multifacetado da moeda estadunidense.

Hoje muito se discute a decadência da hegemonia dos Estados Unidos, mas o país continua exercendo poder de forma assimétrica no SFMI — segundo o FMI, o dólar representou 56,32%<sup>2</sup> das reservas internacionais no segundo trimestre de 2025; segundo o Banco de Compensações Internacionais (BIS), o dólar esteve presente em quase 89%<sup>3</sup> das transações do mercado de câmbio. Além disso, 54%<sup>4</sup> do comércio internacional é faturado em dólar e cerca de 55%<sup>5</sup> dos empréstimos internacionais são concedidos em dólares.

### **3. Hierarquia monetária internacional: a geopolítica das finanças internacionais por excelência**

A geopolítica como campo de estudo nasceu no final do século XIX e início do século XX com autores como o inglês Halford Mackinder e sua teoria do Heartland e o estadunidense Alfred Mahan e sua teoria do Poder Marítimo/Naval. Os autores clássicos utilizavam a geopolítica como uma ferramenta prescritiva para o domínio geográfico em favor das potências anglo-saxãs. Alguns dos vícios mais importantes dessa abordagem geopolítica eram o excesso de dogmatismo, determinismo geográfico e uma postura político-intelectual imperialista. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a geopolítica caiu em descrédito, sendo associada ao

<sup>2</sup> INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves (COFER). Washington, DC: IMF, 2025. Disponível em: <https://data.imf.org/COFER>. Acesso em: 20 janeiro de 2026.

<sup>3</sup> BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). Triennial Central Bank Survey: Foreign exchange turnover in April 2025. Basel: BIS, 2025. Disponível em: <https://www.bis.org/statistics/rpfx25.htm>. Acesso em: 20 janeiro de 2026.

<sup>4</sup> INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). The Dollar Dominance in Trade Invoicing. Washington, DC: IMF, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 20 janeiro 2026.

<sup>5</sup> BOARD OF GOVERNORS OF THE FEDERAL RESERVE SYSTEM. The international role of the U.S. dollar. Washington, DC: Federal Reserve, 2025. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov>. Acesso em: 20 janeiro 2026.

expansionismo militar que levou o partido nazista ao poder na Alemanha. Segundo Ó Tuathail (1996), a geopolítica anglo-saxã pôde contornar essa crise de paradigma através da figura de Henry Kissinger, a partir de seu pensamento da geopolítica como um equilíbrio de poderes. Aliás, Gerard O. Tuathail é um dos principais nomes da chamada Critical Geopolitics, juntamente com nomes como John Agnew, Simon Dalby e Klaus Dodds. Essa escola de pensamento, surgida após o fim da guerra fria, rompe com a geopolítica clássica ao abordar os temas geopolíticos sem o nacionalismo metodológico, sem o modelo prescritivo, superando as fronteiras epistemológicas estadocêntricas. O foco da análise são as relações de poder para além do Estado, o que inclui outros atores globais, como empresas transnacionais. Esse pensamento é coerente com o contexto neoliberal regulado pelo Consenso de Washington e pela globalização financeira. A Critical Geopolitics promove uma aproximação epistemológica entre a teoria geopolítica e as relações de poder que vascularizam o sistema financeiro-monetário internacional. A partir dessa perspectiva, pensar em uma geopolítica das finanças internacionais passa a ser algo não apenas aceitável, mas necessário para compreender a hierarquia monetária internacional.

[...] o conceito de hierarquia de moedas refere-se à estrutura hierárquica do sistema monetário internacional. Em outras palavras, esse sistema é um arranjo institucional organizado em torno de uma moeda nacional que se torna a moeda-chave por desempenhar as três funções da moeda em âmbito internacional. (FRITZ; PAULA; PRATES, 2016, p.7)

Essas três funções clássicas da moeda são meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor. Apenas a moeda-chave — o dólar — cumpre essas três funções integralmente no SFMI. Para classificar as moedas na hierarquia monetária internacional, utilizaremos a cesta de moedas que formam o Direito Especial de Saque (DES) do FMI, que, criado em 1973, serve como uma unidade de conta do FMI e de outras instituições internacionais. Além do dólar, as moedas que compõem o DES são o euro, o iene, a libra esterlina e, desde outubro de 2016, o yuan. O euro é significativamente mais utilizado que a libra esterlina, o iene e o yuan, motivo pelo qual a moeda da UE é frequentemente colocada no segundo nível da hierarquia, e as outras três no terceiro nível. Levando em consideração as reservas internacionais e o mercado de câmbio, temos a seguinte tabela do uso de moedas internacionais

| moeda                 | mercado de câmbio | reservas cambiais |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Dólar (USD)           | ~ 89,2%           | ~58%              |
| Euro (EUR)            | ~28, 9%           | ~ 19,8%           |
| Iene (JPY)            | ~16,8%            | ~5,8%             |
| Libra Esterlina (GBP) | ~10,2%            | ~4,7%             |
| Yuan (CNY)            | ~8,5%             | ~2-3%             |

Tabela 1. Fonte: Banco de Compensações Internacionais (BIS)<sup>6</sup> e Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>7</sup>

Na base da hierarquia estão as moedas que não cumprem nenhuma das três funções clássicas em âmbito internacional — são as moedas dos países periféricos, como o real, o peso argentino e o peso mexicano. Com base na discussão proposta até aqui, podemos representar a hierarquia monetária internacional da seguinte forma:

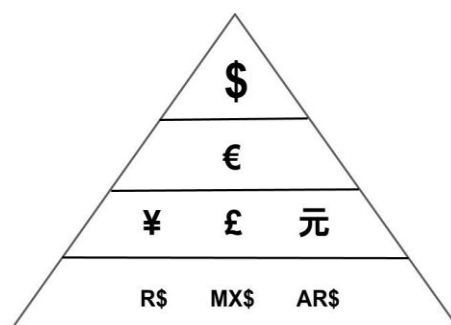


Figura 1 - Hierarquia monetária internacional. Elaborado com base no DES/FMI

Essa hierarquia classifica as moedas de acordo com seu uso e status diferenciado na economia mundial, o que por sua vez é definido por questões como liquidez da divisa em questão, liquidez dos mercados nacionais onde essas moedas são emitidas, confiabilidade nos títulos em que essas moedas são denominadas e, claro, o poder geopolítico do país emissor. Esse canal de comunicação entre geopolítica e hierarquia monetária internacional dialoga com De Conti, Prate e Plihon (2014), que afirmam que o que define o caráter internacional de uma moeda e sua posição na hierarquia monetária internacional são questões geopolíticas, destacando três variáveis fundamentais nesse cálculo geopolítico: (i) dimensão e integração da

<sup>6</sup> OTC foreign exchange turnover in April 2025. [https://www.bis.org/statistics/rpfx25\\_fx.htm?](https://www.bis.org/statistics/rpfx25_fx.htm?) . Acesso em: 18 de janeiro de 2026

<sup>7</sup> ver relatório do FMI em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2025/pdfs/imf-annual-report-2025-appendices.pdf?> . Acesso em: 18 de janeiro de 2026

economia emissora da moeda em questão, (ii) o poder político do país nas relações internacionais e (iii) voluntarismo político, isto é, as iniciativas promovidas pelo governo para o uso internacional de sua moeda.

Segundo Metri (2020), pensar a hierarquia monetária internacional requer admitir que fatores geopolíticos não podem ser confundidos como meros fatores de mercado, e que a internacionalização de uma moeda depende do sucesso do Estado emissor em projetar seu poder para além de suas fronteiras. A projeção desse poder transfronteiriço ocorre através do que Strange (1994) chama de Poder Estrutural, que pode ser dividido em dois âmbitos: (i) direto, que é um poder relacional, exercido quando o agente A coage o agente B a agir em determinada direção, sendo que tal ação é necessariamente resultado de tal pressão; (ii) indireto, que é o poder estrutural propriamente dito, exercido pela dinâmica auto-organizada do sistema internacional a partir das regras — escritas ou não — do jogo na estrutura do sistema, criadas em benefício da potência hegemônica.

Structural power (...) is the power to shape and determine the structures of the global political economy within which other states, their political institutions, their economic enterprises and (not least) their scientists and other professional people have to operate. This structural power (...) means rather more than the power to set the agenda of discussion or to design (in American academic language) the international regimes of rules and customs that are supposed to govern international economic relations. (STRANGE, 1994, p. 24-25)

O poder estrutural é composto por quatro dimensões: (i) produção, (ii) segurança, (iii) conhecimento e (iv) finanças. Dessa forma, podemos visualizar que, além da dimensão financeiro-monetário, o poder geopolítico do dólar em sua totalidade tem uma dimensão político-econômica (produção), militar (segurança) e de conhecimento (colonialidade do saber/saber-poder). Para efeitos da discussão promovida neste texto, concentramos nossa análise nas variáveis segurança, produção e finanças do poder estrutural, abstraindo-as nas variáveis poder econômico, poder político e poder militar. A partir dessa premissa, o texto propõe o seguinte modelo de visualização da complexidade do poder estrutural do dólar:

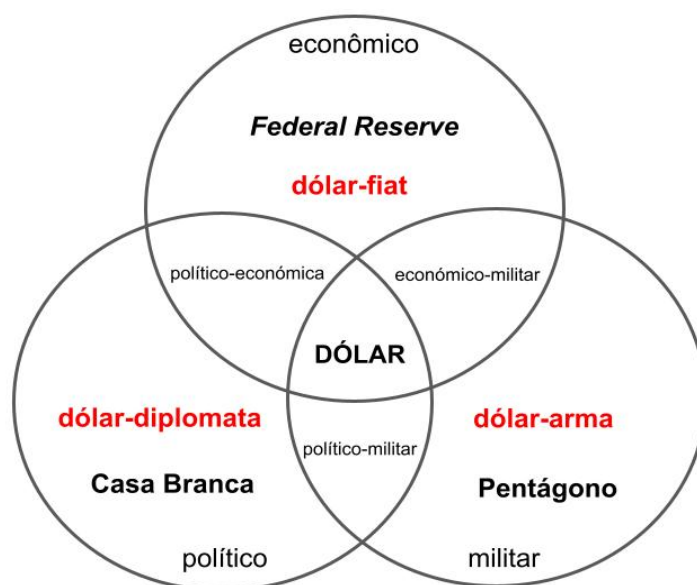


Figura 2 - Dimensões econômica, política e militar do dólar. Elaborado pelo autor

Esse modelo de representação é um instrumento analítico que permite visualizar a complexidade do dólar, que existe para além de sua esfera econômica-monetária propriamente dita, tendo também uma face política e uma face militar. Funciona da seguinte maneira: o *Federal Reserve* (Fed) é a instituição que emite o dólar; a forma tomada pelo dólar emitido pelo Fed é o dólar-fiat, fiduciário por excelência, tem a confiança como lastro; mas a confiança por si só é algo muito abstrato para algo tão material como a moeda, por isso o dólar promovido como símbolo político — sobretudo de política externa — pela Casa Branca lhe confere o poder diplomático necessário para se materializar nas relações internacionais; baseado na diplomacia do dólar forte descrita por Maria da Conceição Tavares, denominaremos dólar-diplomata o dólar como símbolo político. Caso o canal de comunicação político do dólar-diplomata não alcance os resultados requeridos pelos EUA, haverá outro canal de comunicação disponível: a guerra, tida pelo estrategista prussiano Carl von Clausewitz como a continuação da política por outros meios. A militarização da moeda está presente na discussão promovida por Orlean e Aglietta (1990) sobre a violência da moeda, expressada em instituições e ameaças do uso da força. Chamemos dólar-arma<sup>8</sup> o lastro militar do dólar, cuja instituição responsável por sua emissão é o Pentágono.

Cada uma das três caras do dólar — fiat, diplomata e arma — é uma mescla das relações interinstitucionais do Fed, da Casa Branca e do Pentágono, portanto, não existem isoladamente, sendo propriedades emergentes do dólar surgidas nas relações entre essas instituições. Além

<sup>8</sup> Agradeço ao professor Hugo Cadenas, da Universidad de Chile, por sua brilhante contribuição do termo dólar-arma para designar o lastro militar do dólar.

disso, é importante ressaltar que o dólar-fiat, dólar-diplomata e dólar-arma são categorias analíticas sobre o poder estrutural do dólar, portanto, são instrumentos para avançar na compreensão do poder geopolítico do dólar, não são categorias fechadas em si mesmas.

#### **4. Território monetário internacional e poder transfronteiriço do dólar**

Neste texto estamos analisando o dólar como uma instituição dotada de capacidade de agência e organização do sistema financeiro-monetário internacional, possuindo um poder geopolítico singular nas finanças internacionais. Esse poder é parte do poder estrutural, que se auto-organiza e fornece o território onde os demais países e atores internacionais irão atuar. Essa atuação é limitada pelas leis territoriais monetárias da potência emissora da moeda hegemônica. Esse é o entendimento prévio sobre um território monetário internacional. Admitindo que a ordem monetária internacional é organizada por uma hierarquia monetária internacional dominada pelo dólar, propomos visualizar o SFMI como um território monetário internacional organizado pelas leis territoriais das autoridades que emitem o dólar. A nosso ver, essas autoridades são o Fed (dólar-fiat), Casa Branca (dólar-diplomata) e Pentágono (dólar-arma). Sendo assim, a hierarquia monetária internacional não se manifesta apenas de forma abstrata na determinação dos usos diferenciados das moedas no SFMI. Ela também se manifesta na organização territorial, nas regras e constrangimentos que delimitam o que pode ou não ser feito no interior das economias nacionais.

A hegemonização do dólar na hierarquia monetária internacional significou a expansão de seu poder monetário para além das fronteiras territoriais dos EUA, exercendo um poder transfronteiriço sobre os países inseridos no SFMI. Esse poder transfronteiriço se manifesta na violência da moeda, na necessidade de acumular dólares como forma de reservas cambiais ou como meios de acessar o mercado internacional de bens e serviços, subordinando a política monetária, cambial e fiscal dos países às leis territoriais do dólar. A partir da compreensão sobre fronteiras monetárias e sobre o poder transfronteiriço do dólar, teremos uma visão mais totalizante sobre a geopolítica da hierarquia monetária internacional. Segundo Marini (1985), a geopolítica se trata da política internacional pensada a partir de determinações geográficas. A partir de um olhar geográfico crítico, iremos agora elaborar com mais profundidade a ideia de fronteira monetária e poder transfronteiriço do dólar. Isso vai nos permitir visualizar o poder geopolítico do dólar pensado a partir do território monetário internacional, onde está inserida a América Latina, o G-7, os BRICS, o G-20 e todos os países que atuam no SFMI.

A complexificação das relações sociais, econômicas, políticas e culturais num mundo

cada vez mais conectado leva a repensar a fronteira como símbolo e instituição, e não apenas como uma linha que divide territórios. Assim, as fronteiras deixam de ser meras espectadoras dos processos históricos, e passam a ser partícipes ativos da construção da vida social. Se tomarmos o mundo como um sistema complexo, regido por processos não lineares, não pendulares, imprevisíveis — ainda que probabilísticos —, com propriedades emergentes da interação entre seus elementos recursivos, podemos visualizar que as relações entre as fronteiras lhes conferem propriedades que não existem isoladamente, apenas em relação — propriedades emergentes das fronteiras.

Tomando a fronteira como símbolo, podemos visualizá-la como uma narrativa, um discurso com poder para moldar a vida social, moldar a identidade social a partir da diferenciação entre “nós” e os “outros”, moldando e mediando o contato entre os grupos sociais. Como símbolo, segundo Paasi (1998), as fronteiras funcionam como instrumento de controle social, comunicação e construção de identidades, e como instituições, as fronteiras funcionam como conectores entre presente, passado e futuro. Isso nos permite refletir sobre o dólar não apenas como uma moeda, e sim como o núcleo de um território monetário que define e expande suas fronteiras na geografia das finanças internacionais.

Segundo Paasi (1998), o poder se difunde em redes globais de riqueza, informações e imagens. O dólar circula como a moeda hegemônica no mundo da globalização financeira. Utilizar o dólar significa acessar o mercado internacional. Nesse sentido, a fronteira — o que está dentro e o que está fora — é delimitada pelo uso do dólar. Assim, o dólar atua como um delimitador de fronteiras, através de sua posição hegemônica na hierarquia monetária internacional. Tomando a fronteira como símbolo e instituição, podemos imaginar as redes financeiras internacionais como veias, cujo sangue é o dólar. As veias, nesse caso, são desenhadas pela política monetária do *Federal Reserve*, uma vez que é o banco central que delimita as regras do jogo sobre o dólar no âmbito da política monetária. Assim, o Fed, junto com o Pentágono e a Casa Branca, constituem o coração que bombeia o dólar no sistema financeiro-monetário internacional. Aos demais países, sobretudo aqueles que não emitem moedas com liquidez global, cabe a necessidade de se adaptar a esse ciclo cardíaco financeiro-monetário.

A regra que diz que os países precisam ter dólares para acessar o mercado internacional e para servirem de reservas internacionais que os protejam de instabilidades monetárias é uma regra que simboliza o poder transfronteiriço do dólar. Significa o exercício indireto — poder estrutural — da política monetária estadunidense no território monetário dos demais países, que precisam adaptar suas políticas cambial, monetária e fiscal.

Nessa perspectiva, são os processos de fortalecimento da autoridade central e de acumulação de poder os responsáveis pela criação e pela organização de um espaço monetário, como também, em determinadas situações, pela expansão da zona de circulação e referência de uma moeda para além das fronteiras territoriais da autoridade que a criou, formando territórios monetários que se podem, no limite, impor a todo o globo. (METRI, 2012, p. 399)

Pode-se visualizar o *Federal Reserve* como a autoridade monetária central internacional. O sistema monetário internacional pode ser visto como um “sistema monetário-dólar internacional”. O uso de uma moeda é garantido pela coerção da autoridade central. Nesse sentido, o poderio militar garantido pelo Pentágono é um dos fundamentos da aceitação global do dólar pelos demais países. Esse elemento bélico do dólar é necessário para garantir o poder e controle territorial sobre os demais países.

Territorial power and control manifest themselves not only in the border landscape but also in places, practices and discourses in which violence, the possibility for violence or memories of violence are implicitly or explicitly present. (PAASI, 1998, p. 13)

Isso ajuda a entender o significado das ameaças do presidente Donald Trump aos BRICS caso criassem uma moeda alternativa ao dólar. A autoridade monetária central internacional, hegemônica, obviamente teria a postura que lhe cabe ao se deparar com um poder contra-hegemônico. Essa mesma postura se viu nos ataques de Donald Trump ao Pix do Brasil em 2025, seguidos de sanções. A violência da moeda — dólar — em um território monetário internacional revela um poder transfronteiriço que os demais países aceitam cada vez menos. Mas o que fazer se as fronteiras desse território monetário internacional são delimitadas pela política monetária do *Federal Reserve*, pelo poder político da Casa Branca e pelo poder bélico do Pentágono? Uma resposta levada a cabo pelos demais países é o fenômeno conhecido como desdolarização.

Esse fenômeno pode ser visto como um fator de disputa fronteiriça, ainda que os países BRICS afirmem claramente que não têm a intenção de substituir o dólar com a criação de uma nova moeda. A desdolarização surge como movimento contra-hegemônico em relação ao dólar. Há um entendimento de que o dólar não deixará de ser a moeda hegemônica nos próximos anos, no curto-médio prazo. O que se pode visualizar hoje é uma tendência que aponta para uma certa

diminuição da centralidade do dólar. No começo dos anos 2000, o dólar representava 71% a 72% das reservas cambiais globais, e em 2024 representava 58% (56% em 2025.) Uma queda aproximada de 13% em 20 anos.

Há fatores importantes que explicam os porquês da desdolarização. Um deles está na própria resistência à violência da moeda. O *hard power* dos Estados Unidos é o principal fator de aceitação do dólar pelos demais países, ou seja, a aceitação carece do elemento voluntário. A tendência à multipolaridade nas relações internacionais afronta a hegemonia estadunidense, fazendo com que a violência da moeda perca um pouco de sua racionalidade para os demais países. Outro fator da desdolarização é que deriva da violência da moeda é a insegurança que os demais países têm em relação aos *US Treasuries*. Esses títulos da dívida pública estadunidense servem como reservas cambiais. Os países convertem suas moedas nacionais em dólares depositados na dívida pública dos Estados Unidos para que rendam com as taxas de juros do Fed, geralmente baixas. Porém, depois do congelamento de cerca de US\$ 300 bilhões em *US Treasuries* pertencentes à Rússia em 2022, como sanção pela guerra contra a Ucrânia, o mundo pôde presenciar que existe um risco geopolítico real na manutenção das reservas cambiais com títulos de dívida pública dos Estados Unidos. E esse risco geopolítico afeta principalmente os países dos BRICS, por significarem uma ameaça hegemônica do ponto de vista estadunidense. Além disso, a expulsão da Rússia do sistema SWIFT acendeu o alerta sobre a necessidade de um sistema de pagamento alternativo.

Donald Trump declarou que se o dólar deixar de ser a moeda hegemônica, é como se os Estados Unidos perdessem uma guerra mundial<sup>9</sup>. Uma guerra redesenha fronteiras, e as fronteiras da geografia das finanças internacionais obviamente têm implicações sobre a geografia do espaço territorial dos países, considerando a geografia não apenas como um espaço físico passivo, mas afetado e que afeta as dinâmicas da economia política internacional, da política internacional e da segurança internacional.

## **5. Dívida pública: o custo geopolítico da hierarquia monetária internacional para a América Latina**

Na primeira metade da década de 1970, os bancos da City of London e de Wall Street receberam grandes quantias de dólares em depósitos dos países produtores de petróleo que

<sup>9</sup> Manual da Economia. O Fim do Dólar, Explicado. YouTube, 09 out. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cJRXn1UuSeE> . (min 3:05 a 3:18). Acesso em: 18 jan. 2026.

havia acumulado grandes saldos financeiros em decorrência do choque de 1973. Esse excesso de dólares provocou a avidez dos banqueiros para que realizassem empréstimos, e como havia uma grande oferta de dólares, os empréstimos seriam realizados a juros baixos. Enquanto isso, a América Latina estava sob domínio de governos militares, que tinham interesse em receber os empréstimos que os banqueiros internacionais tanto queriam conceder. Os empréstimos foram então realizados a uma taxa de juros baixa, entre zero e 1% — era a chamada “plata dulce” —, mas era uma taxa flutuante. Na prática, os empréstimos a juros flutuantes eram um cheque em branco em benefício dos bancos credores.

Em 1979, o presidente do Fed Paul Volcker alterou a estratégia da política monetária estadunidense, na linha da diplomacia do dólar forte, subindo os juros de 9% a 12%, depois a 16%, seguindo para 20% e alcançando 21,5% em janeiro de 1981. Os países da América Latina entraram em situação de insolvência. Em 1982, o México foi o primeiro país a declarar moratória. Em 1983, o Brasil assinou sua primeira carta de intenções com o FMI. A década de 1980 ficou conhecida como a década perdida para a América Latina.

Com esse episódio podemos observar o *modus operandi* da hierarquia monetária internacional para os países latino-americanos. Para acessar o mercado internacional, esses países necessitam utilizar uma moeda aceita internacionalmente, geralmente o dólar. Ao dependerem do dólar para acessar o mercado mundial de bens e serviços, esses países ficam vulneráveis aos movimentos de política monetária do Fed. Existe um problema estrutural de restrição externa vivida pelos países emissores de moedas não conversíveis, que para ser contornada demanda um grande esforço em exportações. Ao contrário dos países latino-americanos, os EUA, emissor da moeda-chave, pode se financiar na própria moeda, sem ter que se preocupar com sua taxa de câmbio, e com plena autonomia sobre sua política monetária. Esse status usufruído pelo dólar dos EUA na hierarquia monetária internacional foi chamado de “privilégio exorbitante” pelo ministro das finanças francês Valéry Giscard d'Estaing nos anos 1960. Se no topo da hierarquia monetária internacional existe um privilégio exorbitante, na base existe um fardo compulsório (Carneiro; De Conti, 2020).

Este fardo compulsório para a América Latina se manifesta na forma da restrição externa, mas vai além, se manifestando também na visão dos investidores internacionais sobre as moedas latino-americanas, que não são vistas como moedas, mas como ativos de especulação financeira. Na fase expansiva do ciclo de liquidez, quando há crescimento satisfatório nos países do capitalismo central, os investidores adquirem um apetite pelo risco e exportam seus capitais para os países periféricos, a fim de acumularem grandes rendimentos derivados das altas taxas de juros. Em dado momento, e geralmente por motivos alheios aos países periféricos,

esse ciclo de liquidez se reverte, e repentinamente os capitais retornam para os países centrais, geralmente para os *US Treasuries*, movimento conhecido como “fuga para a qualidade”. As moedas periféricas são as primeiras a serem abandonadas. A apreciação das moedas periféricas ocorre de maneira gradual, conforme a expansão do ciclo de liquidez, mas sua depreciação na reversão do ciclo ocorre de maneira brusca, gerando crises cambiais. A reversão de ciclo e saída abrupta desses capitais são sentidas como movimentos sísmicos nos mercados periféricos, em decorrência da volatilidade que gera na taxa de câmbio e devido ao fato de esses capitais que chegam na fase expansiva do ciclo serem de grande magnitude em relação ao tamanho dos mercados financeiros dos países periféricos.

As moedas latino-americanas e títulos nelas denominados possuem um menor grau de liquidez no mercado internacional, uma vez que elas carecem da liquidez estrutural denominada “liquidez da divisa”. Além da iliquidez da dívida, Carneiro e De Conti (2020) destacam outras duas características geradoras de risco as operações envolvendo essas moedas: (i) riscos associados às características dos mercados financeiros locais e (ii) riscos iminentes de depreciação cambial. Para compensar esses riscos e atrair os dólares necessários para investimentos e ancoragem cambial, os bancos centrais desses países adotam uma política monetária que prioriza taxas de juros altas, ou seja, a alta taxa de juros na América Latina é um dado estrutural decorrente da posição das moedas latino-americanas na hierarquia monetária internacional. Das 10 maiores taxas de juros reais do mundo, 4 são de países latino-americanos — Brasil (2°), Argentina (4°), Colômbia (6°) e México (7°)<sup>10</sup>. O Brasil ocupa a primeira posição mundial no quesito gastos com juros da dívida pública (~6% do PIB), enquanto que o México é o segundo (5,83% do PIB) e a Argentina o oitavo (2,39%)<sup>11</sup>. No caso da Argentina, o que chama atenção não são apenas os gastos com juros de sua dívida, e sim o fato de ser o país que mais deve ao FMI. Não temos a intenção de desconsiderar o peso das políticas domésticas no destino dos países latino-americanos, mas o foco do presente texto é analisar a hierarquia monetária internacional como uma condicionante estrutural. E pelo que se expôs até aqui, podemos visualizar a geopolítica da dívida pública na América Latina através do seguinte modelo:

<sup>10</sup> Brasil segue em 2° no ranking de maiores juros reais do mundo após decisão do Copom; veja lista O topo do ranking continua com a Turquia, conforme levantamento do MoneYou. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/11/05/brasil-ranking-juros-reais-novembro.ghtml>. Acesso em: 14 de janeiro de 2026.

<sup>11</sup> Brazil tops G20 in public debt interest payments. Valor International, 18 de novembro 2024. Disponível em: <https://valorinternational.globo.com/g20-in-brazil/commentary/brazil-tops-g20-in-public-debt-interest-payments.ghtml>. Acesso em: 18 de janeiro de 2026

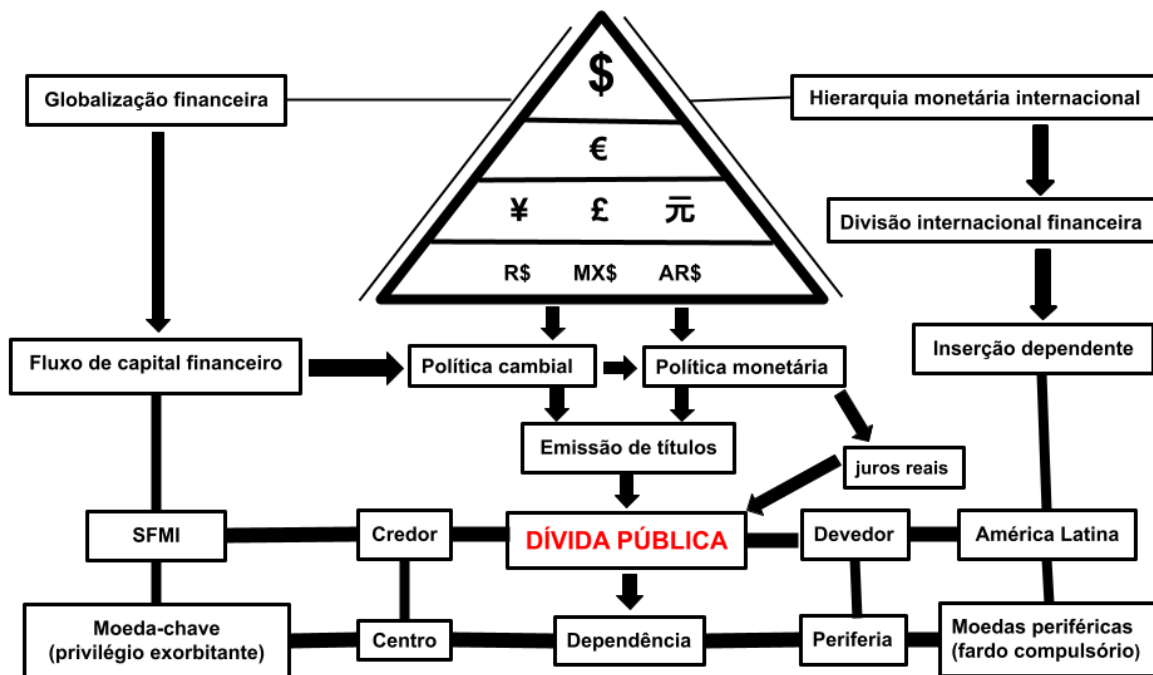


Figura 3 - Geopolítica da dívida pública na América Latina. Elaborado pelo autor.

O modelo acima apresenta o resultado do processo de expansão do capitalismo hegemonizado pelo capital financeiro, que originou novas formas de valorização do capital. No século XX a relação centro-periferia se dava principalmente no plano do comércio internacional e da divisão internacional do comércio e do trabalho. Após a globalização financeira esta relação centro-periferia ocorre sobretudo no plano da hierarquia monetária e da divisão internacional financeira. Antes os fluxos de capital eram limitados pelas barreiras da regulação financeira. A periferia do capitalismo era caracterizada pelo atraso produtivo e tecnológico.

Segundo Lima (2013), as moedas estavam confinadas em seus territórios monetários nacionais, motivo pelo qual era possível secundarizar o papel da moeda nas análises sobre o capitalismo global sem incorrer em grandes perdas analíticas. Esse cenário mudou nos anos 1980, durante a globalização financeira, com a predominância da valorização financeira e fictícia do capital através de capitais especulativos de curto prazo e empréstimos bancários. Essa mudança no padrão de acumulação iniciou no centro do capitalismo global e teve continuidade na periferia, que passou a ser o destino das exportações de capital financeiro com a finalidade de valorização em tempos de estabilidade nos países centrais. Ou seja, a periferia se inseriu na mudança do padrão de acumulação do capital, servindo de auxiliar na valorização financeira dos capitais dos países centrais. (Lima, 2013)

Esses são os ingredientes da divisão internacional financeira, que para a América Latina significou uma inserção dependente no SFMI hierarquizado e hegemonizado pelo dólar. Esta

hierarquia é internalizada pelos países latino-americanos através das políticas monetária e cambial de seus bancos centrais, que servem para conter a volatilidade cambial decorrente dos fluxos de capital internacional. A regulação da moeda via política monetária e cambial nos países latino-americanos é feita através da emissão de títulos de dívida pública, ou seja, a imposição da hierarquia monetária gera uma relação credor-devedor. Como credores temos os grandes grupos do mercado financeiro internacional, e como devedores teremos os países latino-americanos e demais países emissores de moedas não conversíveis.

A hierarquia monetária internacional impacta na autonomia da política econômica dos países latino-americanos, e a dívida pública gerada dessa hierarquia impacta a capacidade desses países em alcançar níveis satisfatórios de desenvolvimento socioeconômico, sobretudo devido à alta taxa de juros reais, que deram recursos públicos da educação, saúde, habitação, segurança pública, ciência e tecnologia. Ao invés de priorizar objetivos como o pleno emprego e desenvolvimento socioeconômico, a política econômica tem como objetivo conter volatilidade cambial e controle inflacionário. As moedas latino-americanas não possuem liquidez internacional, e esse é um dos grandes motivos para as altas taxas de juros reais, porque para estabilizar o valor de suas moedas, recorrem à emissão de títulos públicos para comprar os dólares que irão segurar o valor das moedas periféricas. Se emitem dívida externa, os países latino-americanos pagam com suas altas taxas de juros reais, e como utilizam essa dívida para comprar *US Treasuries* — reservas cambiais —, recebem a remuneração da taxa de juros do Fed, que é muito menor que suas altas taxas de juros reais. Ou seja, existe um grande custo fiscal sobre as reservas cambiais, ainda que sejam necessárias para a manutenção da estabilidade cambial.

Essa é mais uma demonstração da dívida pública como custo geopolítico da hierarquia monetária internacional. Mas a dívida como custo geopolítico não se manifesta apenas na esfera fiscal. O pagamento da dívida não ocorre apenas com a renda do Estado (arrecadação de impostos), mas também através da perda de patrimônio (privatização de empresas estatais) e perda de direitos de soberania (reformas neoliberais). A hierarquia monetária internacional, a dependência financeira e a dívida pública dos países latino-americanos são as chaves para compreender a geopolítica da dívida pública na América Latina.

## 6. Conclusões

Este artigo tratou de demonstrar o caráter geopolítico da hierarquia monetária internacional, através da análise do dólar como parte do poder estrutural dos EUA. O dólar não

se trata de uma simples variável monetária neutra, limitada pelo papel de meio de pagamento; mais do que isso, o dólar é um poderoso instrumento de política externa do governo estadunidense, dotado de capacidade de agência e organização do sistema financeiro-monetário internacional. Do ponto de vista da geopolítica crítica, o dólar se trata de uma instituição modeladora das fronteiras de um território monetário internacional, cujas leis territoriais são elaboradas pelo Fed, pela Casa Branca e pelo Pentágono. O poder geopolítico do dólar também se manifesta através de um poder transfronteiriço, que é observável no enquadramento dos demais países — centrais e periféricos — ao território monetário internacional vascularizado pelo dólar, isto é, acessar o mercado internacional de bens e serviços significa fazer parte do território monetário internacional organizado pelo dólar, o que implica em constrangimentos impostos à autonomia dos demais países enquadrados nesse território monetário.

Uma vez que a posição hegemônica do dólar na hierarquia monetária internacional é justificada por uma racionalidade geopolítica, entendemos que a moeda estadunidense possui pelo menos três caras que se relacionam com o poder estrutural dos EUA: uma cara econômica, uma política e uma militar. O Fed emite o dólar-fiat — cara econômica —, a Casa Branca emite o dólar-diplomata — cara política —, e o Pentágono emite o dólar-arma — cara militar. Essas categorias de análise nos permitem visualizar com mais clareza a complexidade do poder estrutural que permeia o dólar.

A hierarquia monetária internacional também se impõe contra os países periféricos através da inserção dependente desses países na ordem monetária internacional. No caso dos países latino-americanos, essa inserção ocorre a partir da designação de uma função auxiliar na valorização financeira e fictícia do capital. Quando o capitalismo central vive momentos de estabilidade e alta nos ciclos de liquidez, esses capitais são exportados para a América Latina para renderem com as altas taxas de juros reais dos países latino-americanos. Esses juros altos constituem uma compensação pelos riscos inerentes às moedas sem liquidez internacional, um verdadeiro prêmio pela iliquidez da divisa.

Essas altas taxas de juros são consequência da inserção dependente da América Latina no sistema financeiro-monetário internacional, uma vez que o prêmio pela iliquidez da divisa é decorrente do fato de as moedas periféricas não cumprirem nenhuma das três funções clássicas da moeda no plano internacional. Do ponto de vista dos investidores internacionais, as moedas periféricas não são moedas, são ativos para especulação financeira. Na reversão dos ciclos de liquidez, esses capitais especulativos voltam para os mercados financeiros dos países centrais, sobretudo os *US Treasuries*, configurando a fuga para a qualidade. Uma das teses defendidas pelo presente artigo é a de que o custo geopolítico da hierarquia monetária internacional para a

América Latina é a dívida pública, devido às altas taxas de juros reais e ao custo fiscal do acúmulo de reservas cambiais.

## Referências

AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. **A violência da moeda**. Tradução de Sonia T. Tomazini. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CARNEIRO, Ricardo; DE CONTI, Bruno Martarello. **Privilégio exorbitante e fardo compulsório**: a dupla face do sistema monetário internacional financeirizado. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2020. (Texto para Discussão, n. 395).

CONTI, Bruno Martarello de; PRATES, Daniela Magalhães; PLIHON, Dominique. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 341-372, 2014.

FRITZ, Barbara; PAULA, Luiz Fernando de; PRATES, Daniela Magalhães. Hierarquia de moedas e redução da autonomia de política econômica em economias periféricas emergentes: uma análise keynesiano-estruturalista. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 177-202, 2016.

KUCINSKY, Bernardo; BRANDFORD, Sue. **A ditadura da dívida** – causas e consequências da dívida latino-americana. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Humberto e Silva Ribeiro de. **Dependência econômica sob a hegemonia do capital financeiro**. 2013. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Geopolítica latino-americana**. Arquivo pessoal depositado no Programa de Estudos de América Latina e Caribe, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1985.

METRI, Mauricio. Acumulação de poder, sistemas e territórios monetários: uma análise teórica sobre a natureza da moeda e sua relação com a autoridade central. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 389-420, 2012.

METRI, Mauricio. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 719-736, 2020.

PAASI, Anssi. **Boundaries as social processes**: territoriality in the world of flows. *Geopolitics*, v. 3, n. 1, p. 69-88, 1998.

PRATES, Daniela Magalhães; MARQUES-PEREIRA, Jaime. **Currency hierarchy, monetary sovereignty and macroeconomic policy autonomy**: a framework based on French monetary institutionalism and regulation theory. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2020.

Ó TUATHAIL, Gearóid. **Critical geopolitics**: the politics of writing global space. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

STRANGE, Susan. **States and markets**. 2. ed. Londres: Pinter Publishers, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. **A retomada da hegemonia norte-americana**. *Brazilian Journal of Political Economy*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 157-167, 1985.